## Infraestrutura, Temporalidades e Vigilância: Um estudo sobre as tornozeleiras eletrônicas no Paraná

Helena Patini Lancellottia

O artigo apresenta parte da minha pesquisa de doutorado sobre as tornozeleiras eletrônicas, tendo como fio condutor os estudos de infraestrutura, objetos e vigilância. O estudo debruca-se sobre o uso das tornozeleiras eletrônicas como um objeto fluído e parte de uma infraestrutura do monitoramento eletrônico, composta por uma rede de elementos humanos e não humanos atuando de forma conjunta, tendo como finalidade o acompanhamento e vigilância de pessoas presas. Os dados são provenientes de observações realizadas no cotidiano de trabalho dos agentes penitenciários em funções administrativas na Central de Monitoração do Paraná e no espaco de manutenção desses aparelhos. Ao longo da pesquisa foi possível apreender como múltiplas temporalidades coexistem nesse trabalho de bastidores - distante de uma nocão de infraestrutura como um projeto acabado - além de que seguir esses sistemas formados por materiais é também pensar em formas de governar pessoas e seus efeitos nas vidas cotidianas.

Tornozeleira eletrônica, Antropologia da infraestrutura, Estudos de vigilância, Monitoramento eletrônico.

### Uma breve introdução

O objetivo do presente artigo é dialogar sobre os bastidores do trabalho de agentes penitenciários que trabalham na Central de Monitoração Eletrônica do Paraná e no Posto Avançado de Curitiba,

a Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS -UFRGS). Professora de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Email: helena.lancellotti@gmail.com.

tendo como fio condutor estudos do campo da Antropologia das Infraestruturas, reflexões sobre objetos e os Estudos de Vigilância. Meu propósito está em aproximar as áreas para dialogar sobre novas formas de vigilância na contemporaneidade que se distanciam de modelos clássicos baseados em ideias panópticas, sem perder de vista a forma como objetos e infraestruturas são centrais para a sua execução.

O monitoramento eletrônico foi criado nos Estados Unidos e funciona como um 'camaleão', pois adapta-se conforme interesses locais, podendo ser utilizado nas mais diversas fases da justica criminal (tanto antes como após a prisão) e em distintas organizações judiciárias (Nellis et al 2012). Existem diferencas nas tecnologias utilizadas para monitorar, que vão deste uma vigilância que ocorre por sistemas de GPS indicando a localização da pessoa (os mais utilizados no Brasil com as tornozeleiras eletrônicas) até aparelhos que utilizam sistemas de verificação de voz e medidores de nível de álcool. As finalidades também podem ser adaptadas conforme os intuitos locais, onde o monitoramento eletrônico pode ser utilizado como promessas de redução de custos e/ou para diminuir populações prisionais, integração na sociedade ou com ideias de maior controle (Nellis et al 2012). A adaptabilidade também tem a ver com interesses econômicos, visto que as empresas que fornecem essas tecnologias são privadas: quanto maior o alcance, maior a possibilidade de lucros.

Entendo o monitoramento eletrônico como uma infraestrutura global, formada por elementos humanos e não humanos que é adaptada aos mais distintos contextos. No Brasil, a flexibilidade do monitoramento eletrônico propicia que juízes¹ – figuras centrais no sistema penal brasileiro – organizem normativas para o uso das tornozeleiras eletrônicas, atuando também na definição de quais apenados poderão ter o aparelho no corpo. As regras (de quais territórios e em quais horários pode-se circular, por exemplo), carregamento e rompimentos dos aparelhos, assim como as punições para quem as descumpre, podem variar de estado para estado ou até mesmo dentro do mesmo município (como o caso de Curitiba).

É a partir desses regramentos instituídos em mandados judiciais que a empresa privada Spacecom – vencedora da licitação no Estado do Paraná – alimenta e organiza o software da monitoração eletrônica, o SAC 24. O trabalho de um agente alocado na Central de Monitoração Eletrônica ocorre em conexão com essas regras acopladas em sistemas tecnológicos, pois uma das principais funções é verificar se as pessoas monitoradas estão cumprindo as condições estabelecidas pelos magistrados. O trabalho desses profissionais ocorre a partir e através dessas análises geradas pelo sistema. Ao invés de algemas e chaves para abrir as trancas das galerias das prisões, os principais instrumentos desses trabalhadores, no espaço da monitoração, são computadores, Internet, telefones e o software do SAC 24.

As informações recebidas pelo SAC 24 advêm das tornozeleiras eletrônicas, tecnologia acoplada no corpo de apenados criminais. Esse objeto ganha vida nas salas de montagem da empresa privada, quando profissionais de áreas tecnológicas fazem a conexão entre as peças advindas da China (como lacres, alças, carregadores), a carcaça do aparelho proveniente de Manaus, chips de empresas de telefonia e inteligência produzida pela empresa. Os chips possuem uma função central no monitoramento, pois com esses materiais é possível saber a localização das pessoas com as tornozeleiras, a partir das coordenadas de GPS e da comunicação efetuada pela tecnologia do GPRS. Essas informações viajam pela infraestrutura das redes de telefonia já existentes no país.

A tecnologia do GPS "capta a localização dos satélites de GPS, calcula suas coordenadas de latitude e de longitude, e verifica se a pessoa está cumprindo as regras que a Justiça determinou". A tecnologia do GPRS, por sua vez, é responsável por enviar as informações coletadas sobre a localização da pessoa, em tempo real, para a central de monitoramento para que os profissionais acompanhem – via software da empresa de tornozeleira (o SAC 24) instalado em um computador – as movimentações da pessoa monitorada pela cidade.

As tornozeleiras eletrônicas, criadas no contexto norte-americano, não perdem a funcionalidade ao viajar de um lugar para outro por não encontrarem uma infraestrutura ou dispositivos que viabilizem o seu uso (Akrich 1997). Também não é um *objeto imutável* (Latour 2001), que ao ser transportado por diferentes espaços tem a sua rede estabilizada. Tornozeleiras eletrônicas são *objetos fluídos* (De Late & Mol 2000), pois foram criadas para serem adaptadas e ajustadas localmente, modificando também os contextos por onde circulam.

Refletir sobre a fluidez de objetos é ir além de noções sobre as representações que pessoas possuem sobre determinado material, mas nos atentarmos para as múltiplas identidades que os objetos adquirem nas práticas. A bomba de água estudada por Mariane de Laet & Anne Marie Mol (2000), por exemplo, quando viaja para o Zimbabwe, adquire uma série de identidades: "é um objeto mecânico, é um sistema hidráulico, mas também é um dispositivo instalado pela comunidade, um promotor de saúde e um aparelho de construção nacional" (2000:252, tradução nossa).

Logo, objetos fluídos não continuam os mesmos quando transportados por diferentes espaços, mas seguem operando, devido as suas adaptabilidades. No caso das tornozeleiras eletrônicas, essa adaptação advém da sua própria criação, de interesses econômicos de empresas que detêm essa inteligência, nas acomodações realizadas por legislações por juízes para a tornozeleira eletrônica fazer parte do sistema penal, assim como também nos elementos técnicos. Por exemplo, a tornozeleira brasileira possui em seu interior dois chips devido aos problemas de infraestrutura nas redes de telecomunicação do país. Esses ajustes não tornam o objeto como inferior ou superior ao estrangeiro, mas formam um objeto distinto.

É impossível compreender a tornozeleira eletrônica sem entendê-la como um objeto fluído e parte de uma infraestrutura em que elementos – humanos e não humanos – como chips de telefonia celular, torres de telecomunicação, fios, tomadas, energia elétrica, fibra óptica, computadores, Internet, softwares, legislações e

portarias, profissionais da justiça, agentes penitenciários, centrais de monitoramento eletrônico possuem agência e têm a "possibilidade de trocas através do espaço" (Larkin 2013:327), gerando efeitos de cooperação entre si. Infraestruturas são "redes físicas através das quais bens, ideias, resíduos, poder, pessoas e finanças são *trafficked*" (Larkin 2013:327, tradução nossa).

Ao mesmo tempo que permitem circulações, elas também podem ser utilizadas para inibir movimentos, a depender de contextos políticos locais. Por exemplo, infraestruturas eram organizadas, no contexto da África do Sul, na execução da política racial, onde o espaço público, escolas e ônibus eram divididos com base em critérios raciais (Von Schtinzler 2013, 2016). Concepções entre quem é ou não um cidadão também se relacionam com os materiais, visto que a classificação de pessoas como populações abjetas por diversos motivos (como religiosos e de estilos de vida) estão conectadas com manutenções para o acesso de infraestruturas de sistemas de água (Anand 2012). Seguir os caminhos da Antropologia das Infraestruturas é olharmos para como a "política não somente é formada por práticas jurídico-políticas, mas também por um terreno tecnopolítico que consiste em tubulações, redes de energia e banheiros" (Anand, Appel & Gupta 2018:4, tradução nossa).

Infraestruturas são uma forma de governar e classificar pessoas, reforçando desigualdades já existentes. Além disso, também atuam como promessas de futuro, em que inovações tecnológicas ou construção de estradas dão esperança de liberdade, progresso e modernidade, não apenas no tempo presente, mas com projeções de como o futuro pode vir a ser (Anand, Appel & Gupta 2018; Schwenkel 2015). Temporalidades e infraestruturas se conectam devido à perspectiva de mudança, podendo modificar a vida social, assim como permitem-nos olhar para a própria deterioração dos materiais que a compõem.

É pensando a partir de um entendimento da tornozeleira eletrônica como um objeto fluído que funciona através e a partir de uma infraestrutura de monitoramento eletrônico formada por elementos humanos e não humanos com fins de vigilância que se faz o desafio deste artigo. A partir dos dados apresentados, meu objetivo é pensar sobre as múltiplas temporalidades desta infraestrutura, assim como os efeitos políticos que habitam e se transportam através de materiais que podem não funcionar como previsto ou até mesmo quebrar.

## Central de monitoração eletrônica, vigilância e infraestrutura

Talvez alguns dos leitores e leitoras estejam se perguntando como funciona o trabalho de um agente penitenciário em uma central de monitoração eletrônica: será que ficam a todo momento olhando a tela do computador acompanhando apenados pela cidade? Essa era uma questão que eu costumava fazer para as pessoas monitoradas com quem dialoguei durante a pesquisa e me suscitava interesse. Além de respostas que vinham acompanhadas de uma indeterminação sobre como funcionava, existiam falas que indicavam que o agente ficava a todo momento observando os passos da pessoa que estava com o aparelho no tornozelo, uma vigilância à lá George Orwell em 1984 e a figura clássica do 'Olho que tudo vê'.

Essas 'novas' formas de vigilância na contemporaneidade, onde se alia tecnologia para determinados fins, remetem à obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (2009), em específico, nas reflexões sobre o Panóptico de Bentham². Em resumo, trata-se de uma estrutura em formato de torre acoplada no centro das instituições (como presídios, fábricas, escolas), com o intuito de que quem está dentro desse espaço consegue ter o acesso e controle das movimentações que ocorrem nos demais setores. O autor pensa o Panóptico como um mecanismo disciplinar, onde muitos indivíduos podem ser vigiados por um número cada vez menor de vigias: 'ver-ser-visto', faria com que indivíduos se submetessem a essa vigilância sem que fosse necessário o uso da força física, em um processo de sujeição.

Estudiosos do campo dos Estudos sobre Vigilância demonstram ser necessário avançar na noção do Panóptico, visto que atualmente as tecnologias com que nos deparamos são distintas e têm efeitos diversos do contexto histórico estudado por Foucault. Fazem parte dessas novas práticas de vigilância, por exemplo, "a criação de perfis de computador, conjuntos de dados, vídeo câmeras, DNA, GPS, monitoramento eletrônico de trabalho, testes de drogas e o monitoramento eletrônico realizado pela mídia e telefones celulares" (Marx 2015:735, tradução nossa). Não se trata de fazer um julgamento de valor quanto à qualidade dessas formas de vigiar, mas sim compreender as distinções, em que "a nova vigilância tende a ser mais intensiva, extensa, amplia os sentidos, baseia-se em agregados e *big data*, tem menor visibilidade, envolve conformidade involuntária, [...] tende a diminuir custos e alcançar locais remotos" (Marx 2015:735, tradução nossa).

A expansão das novas formas de vigiar contemporâneas, como a "vigilância móvel" realizada por aparelhos portáteis, é também caracterizada pelo uso de "coordenadas de tempo e espaço das nossas vidas são cada vez mais monitoradas" (Lyon 2016:28, tradução nossa). Essas formas de vigilância também complexificam noções do que é do âmbito público ou privado: relações e trabalho conjunto entre atores governamentais e empresas privadas de telefonia e internet são recorrentes nas formas contemporâneas de vigiar, assim como cooperação entre países, o que contribui para a diluição e indefinição de fronteiras (Lyon 2016).

A diluição também está presente nos olhos que vigiam. Fernanda Bruno (2013), a partir do conceito de "vigilância distribuída", dialoga sobre a descentralização da vigilância: não existe apenas um espaço de onde se vigia, como uma torre de controle ou exercida apenas por instituições de segurança, pois vigiar é também uma ação praticada por cidadãos comuns (Bruno 2013). Como exemplo desse fenômeno, a autora nos guia para a construção de mapas de crime, criados por pessoas sem vinculação a órgãos de justiça ou policiais, que utilizam a plataforma para compartilhar informações sobre delitos e se protegerem.

O trabalho executado pelos agentes penitenciários alocados na Central de Monitoração do Paraná (CME) aproxima-se dessas discussões sobre as novas formas de vigilância, em que vigiar se torna uma tarefa que embaralha fronteiras entre o que é do público e privado (visto que empresas são contratadas pelo Estado para a obtenção das tornozeleiras e do software), além de diluir o que, quem, quando e como se observa. É a partir da mediação entre empresa privada, torres de telefonia que enviam dados e regras instituídas por magistrados, que o software SAC 24 é organizado: o sistema é programado para avisar quando as pessoas não cumprem o que está previsto nos mandados judiciais. O trabalho dos agentes está mais relacionado em trabalhar em cima dos alertas que o sistema emite do que uma atuação que fica durante 24 horas observando dados que indicam movimentações de pessoas na tela de um computador.

A organização dessas notificações se dá pela classificação da Portaria do Estado acerca do que seriam as faltas mais graves: elas envolvem práticas como descarregamento de bateria, romper e/ou danificar o aparelho, bloquear a comunicação da tornozeleira com a Central e a violação das chamadas zonas de inclusão e exclusão – casos estes que envolvem, principalmente, a Lei Maria da Penha. Essas situações consideradas mais agravosas são as que os agentes vão dedicar parte do seu dia de trabalho, realizando investigações sobre o que ocorreu com a tecnologia para posterior envio de informações para quem pode decidir sobre os destinos: os magistrados.

O foco da descrição da próxima seção será sobre os casos classificados como graves envolvendo a 'falta de comunicação'. Estar sem comunicação significa que a tornozeleira eletrônica utilizada pela pessoa não está transmitindo as informações para o sistema do SAC 24. Uma das principais atividades dos dois agentes que atuam neste setor é verificar há quanto tempo a pessoa está sem enviar sinais da tornozeleira para a Central de Monitoração, para assim compreender o que está ocorrendo, avisar juízes e verificar se existem insumos suficientes para o indivíduo ser desligado do monitoramento eletrônico. Antes dessas ações, existe todo um trabalho de análise do que ocorreu com o aparelho, temporalidades e fluxos de informações para o agente ter a possibilidade de efetuar o desligamento do aparelho, o que pretendo explorar a seguir.

### Os fluxos do desligamento de uma tornozeleira eletrônica

Durante dois dias de abril de 2018, acompanhei o trabalho de Bruno, um dos agentes que atuam no setor 'Administrativo' da Central de Monitoração Eletrônica do Paraná. Seu trabalho de análise ocorre visualizando uma tabela dos casos que estão sem comunicação há mais de 72 horas. Seu cotidiano é dividido de duas formas: no período da manhã faz a análise dos casos novos que aparecem no documento; no período da tarde faz uma checagem dos antigos que sempre aparecem porque aguardam alguma decisão. Essa verificação de ocorrências passadas é necessária, pois para uma tornozeleira eletrônica ser desligada é necessário obedecer a um critério de tempo: ficar 30 dias sem comunicação com o judiciário a partir da data que a monitoração avisou que a pessoa estava com problemas de sinal. Caso o juiz se manifeste dentro deste intervalo, o agente deve aguardar as decisões antes de executar qualquer movimento.

Na mesa de Bruno, localizada na sala onde também está presente o responsável pela monitoração, existem dois monitores de computador para a execução do seu ofício. Em um deles ficava aberto o sistema SAC 24 – o sistema da monitoração eletrônica – enquanto no outro aparelho, diversas abas de sites de páginas da web, como um portal de comunicação com o Judiciário, o site da Anatel, o site da Polícia Civil e o site do Projudi (Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná). Essas plataformas são centrais para compor a sua análise.

No dia em que observava seu trabalho, havia 279 nomes³ na tabela gerada pelo sistema do SAC 24 indicando pessoas com problemas de sinal: tanto casos novos quanto antigos que aguardavam decisões judiciais. Eram ocorrências das mais diversas cidades do Paraná, visto que existe apenas uma Central de Monitoração no Estado, com um papel mais administrativo e de atendimento telefônico, com sede em Curitiba. Bruno iniciou as suas atividades selecionando um dos nomes da lista na aba de busca do sistema SAC 24. O nome da pessoa monitorada apareceu no sistema grifado pela cor vermelha, com alarmes que indicavam o que havia acontecido com o aparelho: a si-

gla *uFib* estava pintada pela cor vermelha (indica descarga total de bateria), a *uBat* preenchida pela cor amarela (indica que o aparelho está descarregando) e categoria COM (comunicação) com um sinal indicativo de negação, conforme é possível visualizar na Imagem 1.

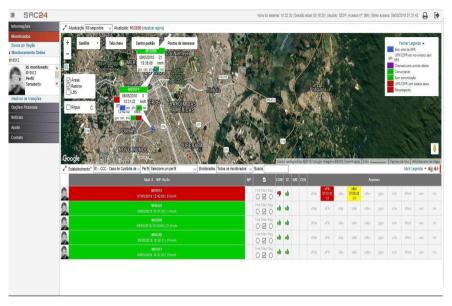


Imagem 1: Sistema SAC 24.

Para aprofundar a análise, Bruno clicou na categoria de *Histórico do Monitoramento*, sendo direcionado para a aba *Analítico*, onde é possível acessar informações de minuto a minuto sobre a situação da tornozeleira. A partir da imagem abaixo (que não é um print deste caso em específico, mas serve para ilustrar), é possível acompanhar as últimas etapas do descarregamento da tornozeleira do apenado até o fim da sua bateria: a tornozeleira foi descarregando aos poucos, pois desde as 12h27 o alarme *UBat* já estava grifado de amarelo, o que significaria que a bateria estava descarregando até a completa descarga às 12h42 (Cf. Imagem 2).

	Detailles	Temporal Mapa 00 M Data Final 09/05/2018 23:59 M	Gráficos					April Lege
		os selecionados da tabela abaixo 🔍	Executar Ação					Atean
	Data			Distância Percorrida (km)		Posições	Alarmez	Status
		07/05/2018		0,69	0000	763	1.528	1.539
	2	Hora	All	Wel	Set	Alarmox ufab ufib u5ip u5atuMox gprs uVio iftorn	Status exe ine ime imp fla med rad no sime ini rCK r8us	s rDes rLig rNor rLen gas sim1 sim2 sen (C
					Sem com	unleaglio: 11:17:55		
A RBER		12:42:00	917		10	utter		pares.
^	<b>=</b>	12:41:09	914	٠		Mean .		earch .
~		12:40:09	912			other		to the second se
ais		12:39:09	909	۰		uBal		ere e
		12:30:00	909		7	utter		participant of the same of the
		12:37:09	909			uttet		San C
	<u></u>	12:30:00	909			uCet		parties.
		12:39:09	910	1		utter		en e
	<u> </u>	12:34:09	910	1	7	uGet		Sec.
		12:33:09	913	4		uBat		and a
-		12:32:00	914			uCat .		5000
	<b>B</b>	12:31:09	915	2		uSet		6.08
	(H)	12:30:09	915	۰		uGat		and a
		12:29:09	914	2	7	uSet		and the same
	<u> </u>	12-20:09	915	3	0	uffat		emit emit
		12:27:00	917		7	uCat		

Imagem 2. Sistema SAC 24 - Analítico.

Após a constatação de que o aparelho havia descarregado, Bruno segue a sua investigação em outros espaços, como o sistema de comunicação com o Judiciário, descobrindo que o período que o juiz havia concedido para o monitoramento eletrônico já havia expirado e a prisão já havia sido decretada. Após essa informação, Bruno se deslocou para o sistema da Polícia Civil (PC) e observou que havia um mandado de prisão expedido, mas o apenado não havia se apresentado ou sido apreendido. O indivíduo estava, na linguagem policial/jurídica, como foragido.

Bruno havia ligado os pontos da situação e a tornozeleira eletrônica do rapaz foi desligada, pois havia um mandado de prisão para o regime fechado em aberto. Essa desativação ocorre dentro do sistema do SAC 24, e o agente precisa apenas informar o motivo pelo qual desativou o aparelho, como: morte, regressão de regime, prisão, dentre outros, além de contactar a pessoa monitorada. A partir daquela data, o Estado não mais pagaria por aquela tornozeleira eletrônica<sup>4</sup>.

# O que o site da Anatel comunica: os problemas de infraestrutura de telefonia

Nem sempre as pessoas são desligadas do monitoramento eletrônico como na situação acima e nem sempre a falta de comunicação tem a ver com baterias que não são carregadas. Em uma das análises de Bruno naquele dia, presenciei outra situação relacionada com a falta de comunicação: desta vez, por problemas com as redes de telefonia. Diferente do caso acima, em que havia 'alarmes' acionados indicando baixa carga de bateria por um período e o descarregamento final, apenas a sinalização da comunicação (o alarme COM) estava indicada como ausente.

Quando Bruno clicou na aba do Analítico verificou a última localização enviada pela tornozeleira para o sistema e que a bateria da pessoa estava cheia no momento da perda de sinal: em 68%. Com essa constatação, foi descartada a descarga de bateria, trabalhando com outra hipótese: a de problemas de sinal. Para confirmar (ou não) sua suposição, foi necessário acessar o site da Anatel para verificar como era a região de residência do monitorado. Esse site é uma importante ferramenta, pois uma das suas funções é localizar quais torres de redes de telefonia existem nos espaços da cidade, assim como qual tecnologia elas transmitem (2G,3G, 4G). Ter essa visão importa, pois a comunicação de uma tornozeleira é enviada para a Central a partir das torres de telefonia de celular através dos chips que estão dentro do aparelho (Imagem 3).

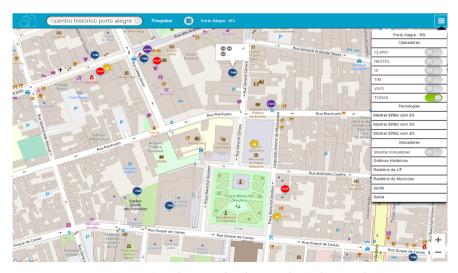


Imagem 3. Simulação realizada no website da Anatel. http://sistemas.anatel.gov.br/siec-servico-movel-web/.

O site informava que o monitorado morava em uma região rural, no interior do Paraná, distante do centro do município e com bastante área verde ao redor da residência. No território e distante da casa do rapaz, havia apenas uma torre de telefonia da empresa TIM, com uma tecnologia 3g. Não é possível saber quais chips e qual tecnologia está acoplada nas tornozeleiras, mas Bruno informou que grande parte das tornozeleiras produzidas pela empresa conveniada com o Estado são de tecnologia 2G. Após constatar o problema técnico, Bruno buscou informações no sistema Judiciário e no sistema de informações dos processos, no Processo Judicial Digital (Projudi).

Esses documentos acabaram por comprovar a tese construída por Bruno acerca de problemas de falta de redes de telefonia como falta de comunicação com a Central de Monitoração. Existiam arquivos do Ministério Público (MP) pedindo a regressão do regime para o fechado, alegando que o apenado não estava cumprindo as regras da tornozeleira (as violações por falta de sinal). Nas páginas do processo, também encontramos a versão da pessoa monitorada: uma justificativa no Fórum da sua cidade comunicando que o sinal na região em que morava e no local do seu trabalho eram precários. Mesmo com esse problema de comunicação, ele reiterava que estava fazendo a carga da bateria da tornozeleira.

Como uma forma de ouvir as partes antes de proferir a sua decisão, o juiz agendou uma audiência de justificativa para o mês seguinte ao que estávamos. Bruno não poderia desligar a tornozeleira neste período e nem avançar na ideia da troca do aparelho, era necessário aguardar o desfecho da audiência. Enquanto isso, o nome do monitorado, assim como outros, seguiria aparecendo todas as manhãs para Bruno.

# As múltiplas temporalidades da infraestrutura

Apreendemos que o cotidiano dos agentes alocados no setor da 'Administração' da Central de Monitoração Eletrônica (CME) do Paraná é distante do imaginário de que tais profissionais ficam a todo momento olhando a tela do computador, seguindo cada passo da pes-

soa monitorada. É a máquina quem ocupa esse papel de vigilância sobre os dados que as redes de telecomunicações enviam para as empresas das tornozeleiras, informações que também são enviadas para os agentes penitenciários da CME do Paraná. Além desse trabalho de vigiar que ocorre com parcerias entre público e privado, é a Portaria do Estado do Paraná quem define quais são as faltas que merecem maior investigação, a partir de uma classificação de gravidade. As análises também devem ser realizadas para poupar gastos, visto que o aluguel desses aparelhos é pago mensalmente.

No trabalho da Central de Monitoração não se vigia um corpo dentro de uma instituição, mas sim dados, em um processo que o corpo é "recomposto em diferentes configurações através de uma série de dados" (Haggerty & Ericson 2000:611, tradução nossa). Trata-se de uma transformação de pessoas de carne e osso em informação, em dados para serem armazenados, comparados e utilizados para a formação de diversos perfis ou análises. Isto não quer dizer que a tecnologia ocupa um papel autônomo e todo poderoso neste processo, como muitos estudos dentro do campo dos Estudos da Vigilância buscam desmistificar. Trata-se mais de uma interação entre um saber profissional e a parte técnica (Cardoso 2010).

O que existe é uma aproximação de atuação entre humanos e não humanos, como diz Bruno Cardoso (2012), ao estudar os policiais aposentados atuando na operação de câmeras de segurança, no Centro de Comando e Controle (CCC) do Rio de Janeiro, onde: "o vigilante não existe sem a câmera, e esta não tem nenhuma função sem o seu olhar" (Cardoso 2010:196). O mesmo ocorre no trabalho do agente Bruno. A máquina aponta as violações, mas é necessário o olhar humano para se conectar com outras páginas como o site da Anatel e compreender a partir do que a máquina aponta, o que é uma área rural e urbana. Não estamos aqui falando de uma infraestrutura tecnológica toda poderosa que conecta todos os sistemas dos quais é preciso navegar, mas sim de uma conexão entre humanos e máquina para a sua execução.

Observar o que ocorre dentro de uma Central de Monitoração é também refletir sobre as ideias de futuro que estão imbrincadas no cotidiano profissional e sobre o caráter processual de uma infraestrutura. Ao enfatizar o que ocorre no tempo entre o presente e a promessa de um futuro, é possível verificar as possíveis trajetórias dos sistemas (Gupta 2018). Olhar para as múltiplas temporalidades das infraestruturas é entendê-las não como um projeto delimitado e com um final já decidido, mas sim como um processo "caracterizado por múltiplas temporalidades, futuros abertos e a constante presença de decadência e ruína" (Gupta 2018:62, tradução nossa).

Penso a infraestrutura do monitoramento eletrônico como uma infraestrutura em aberto, visto que as decisões que envolvem a falta de comunicação não estão definidas a priori. O agente precisará acompanhar o fluxo de informações durante 30 dias (ou mais) com diversos canais virtuais, como sistema de informações com Judiciário, com a Polícia Civil, os processos criminais e verificações no site da Anatel. Longe de um futuro definido a partir da ação dos elementos tecnológicos, o que visualizamos é um tempo que não é decidido apenas no espaço da monitoração, mas depende de uma série de mediações e fluxos de informações que ocorrem em outros espaços, que podem atrasar ou agilizar as possíveis soluções no cotidiano profissional. Esses espaços, por mais distantes que estejam, conectam-se no trabalho de Bruno para verificar se uma pessoa será ou não desligada do monitoramento eletrônico.

Essa suspensão de tempo e listas, que se repetem todos os dias de casos não solucionados devido aos lapsos temporais e decisões em outros espaços, não significa atrasos ou incompletude do trabalho do profissional ou se tratar de uma infraestrutura que não funciona por conta de uma ineficácia prática. Significa pensar nas diversas possibilidades em que essa infraestrutura está envolvida, nas mediações e na suspensão como uma das possíveis trajetórias: "uma visão da infraestrutura que enfatiza sua natureza contínua e processual faz da suspensão uma das muitas trajetórias possíveis, e não como uma pausa ou

interrupção única de uma linha do tempo teleológica resultando em um objeto acabado" (Gupta 2018:70, tradução nossa).

Em linhas gerais, não existe um único procedimento para, por exemplo, efetuar o desligamento de uma tornozeleira como uma maneira de poupar o dinheiro gasto mensalmente por aparelho. O trabalho do agente, para fazer a máquina funcionar, a saber a vigilância, está muito mais em acompanhar um futuro em aberto do que fechar as portas das decisões, um ofício que se dá na suspensão de um tempo passado, presente e futuro. O futuro também está aberto para quem aguarda as decisões e precisa lidar com problemas dessa infraestrutura, elemento este que pretendo trazer a seguir.

# Posto avançado: espaço de instalação, manutenção e trocas de tornozeleiras eletrônicas

Uma das possibilidades adotadas pelos agentes que atuam nos casos de falta de comunicação, quando não existe movimentações judiciais, está em agendar uma manutenção para a troca da tornozeleira. Um procedimento de tentativa e erro, para testar se a dupla dos dois chips no novo aparelho teria sinal no espaço de moradia da pessoa. O local que as pessoas se dirigem para efetuar essas trocas são os Postos Avançados. Diferentemente do serviço executado no 'Administrativo', o trabalho que ocorre no Posto Avançado é realizado de forma presencial e existem postos em diversas regiões do Estado. Em Curitiba, esse espaço fica localizado em um local onde antes funcionava uma unidade do semiaberto feminino e, na época da pesquisa, dividia terreno com o Escritório Social, um local destinado às ações de ressocialização de presos e presas.

O Posto Avançado é o espaço utilizado para instalação, retirada, manutenção e demais avaliações da tornozeleira eletrônica e seus componentes (como carregadores, baterias, chips, lacres, alças, dentre outros). É também nesse *locus* que analisam possíveis violações realizadas pelos monitorados no aparelho para verificar, por exemplo, se uma pessoa tentou retirar o aparelho do tornozelo. A existência desse

espaço se dá não apenas pela necessidade de incluir ou retirar pessoas do monitoramento eletrônico, mas também porque as tornozeleiras eletrônicas e suas peças podem quebrar, serem quebradas ou apenas não funcionarem.

Assim como muitos trabalhos dentro do campo da infraestrutura já têm ido além da ideia de Susan Star (1999) de que uma infraestrutura se torna visível apenas quando seus componentes quebram, acredito que a existência de um espaço destinado a verificar possíveis intercorrências no e com o aparelho torna visível a possibilidade de danificações e não funcionamentos. No caso do Posto Avançado, essa estrutura existe materialmente, é visível e é relembrada nos manuais da monitoração, assim como pelos agentes que atuam com a tornozeleira, como um local em que as pessoas podem agendar manutenções no aparelho. Além disso, a própria tornozeleira eletrônica quando está nos tornozelos das pessoas é um objeto que possui um peso, visibilidade e transmite sinais e sons que devem ser lidos por quem as utiliza.

Infraestruturas, inclusive, podem ser colocadas propositalmente à mostra para transmitir objetivos políticos, como canos de metal que transportam água instalados em áreas visíveis de apartamentos construídos por engenheiros alemães, no Vietnã, no período da Guerra Fria (Schewenkel 2015). Essa visibilidade de objetos – as tecnopolíticas da visibilidade – onde se podia ouvir o som da água fluir, fazem parte de um projeto de "relembrar aos moradores que sua nova paisagem urbana moderna era o produto de uma longa luta histórica e de uma recente vitória comunista: em outras palavras, que o Estado paternalista estava cumprindo suas obrigações contratuais" (Schewenkel 2015:527, tradução nossa).

Quando realizava a pesquisa no Posto Avançado, tive a oportunidade de observar diversas cenas cotidianas tais qual o processo de instalação de uma tornozeleira, a retirada e troca do aparelho, assim como as verificações do porquê o aparelho não estar funcionando como deveria por problemas que envolvem falta de comunicação com

a Central. Também observei situações em que as pessoas se dirigiam para esse local para trocar a tornozeleira, como a situação de Roger. Ele havia se dirigido para o local porque o aparelho que usava anteriormente não era compatível com as redes de telefonia da região onde morava, fazendo com que os sinais não fossem enviados para a Central: um caso de falta de comunicação.

Enquanto o agente Flávio combinava as peças (como lacres, a cinta e a própria peça) da tornozeleira para fazer a troca, respondia a minha questão sobre como a pessoa sabia que o aparelho não emitia sinais. O profissional em tom didático respondeu que a resposta estava no dispositivo e conjunto de sinais: "Se piscar uma luz verde uma única vez significava que está tudo ok com o sinal, se piscar duas vezes a luz verde significava que está em busca de sinal. Se piscar quatro vezes a luz verde, isso significava sem comunicação". Essas explicações sobre o significado do conjunto de luzes emitidas pelo aparelho eram repassadas para as pessoas no momento da instalação do aparelho e estavam nos manuais que elas levavam para as suas casas.

Flávio discorria sobre o quão comum era juízes emitirem mandados de monitoramento eletrônico para as pessoas sem estudo sobre as áreas habitadas, ocasionando problemas com as redes de telefonia. Devido a essa problemática, foram organizadas duas saídas: a) trocar o dispositivo como o caso de Roger para tentar contornar o problema ou b) traçar estratégias com os apenados para contornar o problema. O segundo plano consistia em indicar para as pessoas com tornozeleira eletrônica, que moram em regiões com problemas nas torres de telefonia, que elas ficassem atentas aos sinais de falta de comunicação do aparelho e se deslocassem, em algum momento do dia, para um local com sinal, para assim descarregar as informações armazenadas pelo GPS (essa tecnologia capta a localização mesmo com a falta de sinal).

A pessoa teria ciência de que está em uma região em que o dispositivo funciona pelas próprias luzes do aparelho: se a tornozeleira emite uma vez a cor verde, significa que os dados estão sendo transferidos. Essa transmissão nem sempre ocorre de maneira ágil e simples como a indicação, pois a maioria das tornozeleiras eletrônicas são de uma tecnologia 2G, assim como grande parte das máquinas de cartão de crédito. De acordo com o agente que me explicava essa questão, poderia ocorrer congestionamentos na rede, tornando demorado o processo de transmissão de informações territoriais.

O processo de instalação da tornozeleira eletrônica de Roger foi bastante ágil. Em menos de cinco minutos a troca havia sido realizada e como ele já utilizava o aparelho, mais nenhuma indicação de como carregar o dispositivo ou o significado das luzes foi transmitida. Caso a nova tornozeleira e os novos chips acoplados nela não funcionassem na região, a opção de descarregar os dados em certo momento do dia poderia ser uma opção; ou alguma decisão judicial revogando o monitoramento eletrônico.

Chamo a atenção para este fato curioso e paradoxal: a forma como uma tecnologia viaja para regiões em que não existe uma infraestrutura necessária para o seu funcionamento de forma totalmente satisfatória. Essas viagens de materiais (e também ideias) que saem dos seus locais de criação em direção a outros países muitas vezes não levam em conta as distintas infraestruturas locais, como as dificuldades de manutenção que possam vir a surgir e de obtenção de recursos, ocasionando situações em que antes objetos que eram vistos como reveladores de progresso e de provisão estatal sejam vistos como uma imagem de decadência e falhas governamentais (Schwenkel 2015).

No caso das tornozeleiras eletrônicas, essas adaptações e ajustes não significam sucesso ou fracasso do monitoramento eletrônico como um sistema que promete vigiar presos e presas durante 24 horas por dia através de tecnologias acopladas no corpo. Considerar a tornozeleira eletrônica como um *objeto fluido*, sem pensá-la a partir de uma única identidade, mas sim múltiplas, permitem-nos ir além de noções de sucesso ou fracasso, assim como compreender seus distintos usos e constituições. Na situação acima, o problema de infraestrutura das redes de telefonia do Brasil é solucionado por outras estratégias, como

trocas de chips e uma cooperação na vigilância por parte da pessoa monitorada.

Isto não significa o fim da vigilância, e sim uma outra formar de vigiar; ou seja, uma vigilância distribuída (BRUNO, 2013), deslocando da ideia de que existe apenas um olhar por onde se vigia - como uma torre de controle ou exercida apenas por instituições de segurança mas que a vigilância é também praticada por cidadãos comuns. É responsabilidade da pessoa não apenas verificar o que o aparelho emite para verificar se está funcionando, mas também buscar alternativas para que ela própria possa ser vigiada. Ela se torna um carcereiro de si (Campello 2019), em que não apenas cumpre as regras estipuladas por juízes, mas também o próprio funcionamento da infraestrutura na qual está conectada, a saber, as cores do aparelho para verificar se ela se comunica com a Central ou se o aparelho está carregado. Não se trata de uma infraestrutura que se torna visível apenas quando quebra, mas sim um sistema que precisa ser visível, através de emissões de sinais que indicam o funcionamento do aparelho, pois é a partir desses alertas que a pessoa monitorada poderá contribuir e exercer a sua própria vigilância.

## A troca de peças para a vigilância funcionar

O segundo caso que descrevo para melhor entender as manutenções da tornozeleira é o de Rosana: uma mulher com idade próxima aos 40 anos, bastante simples e com uma falta de dentes em seu sorriso. Ela aparece algumas horas antes do horário que estava agendado o seu atendimento e adentou no espaço comunicando que "mandaram eu vir aí, não sei que horas. Está para descarregar a qualquer momento". O que ela nos comunicava era que a bateria da tornozeleira eletrônica estava para descarregar. O agente Rodrigo, quem eu acompanhava aquele dia, repete as palavras da mulher enfatizando o "mandaram eu vir aí" e pergunta se ela estava com o carregador do aparelho.

Rosana é encaminhada para as cadeiras que ficam do lado externo à sala onde estávamos para carregar a tornozeleira com um dos carregadores conectados nas tomadas para esses testes. Esse procedimento é realizado para que os agentes possam verificar se o problema está no objeto que carrega a tornozeleira ou no próprio dispositivo. Assim que o aparelho é plugado, ela identifica duas cores sendo emitidas, uma luz verde e duas vermelhas e recebe como resposta que esses sinais indicam final de bateria, sendo possivelmente o problema do carregador que ela utilizava.

Enquanto ela aguardava carregando o aparelho, Rodrigo retorna para o seu computador, e no sistema SAC 24 identifica algumas informações que podem auxiliar na busca do problema. Ao abrir a aba 'Analítico', disse em voz alta que, no dia anterior, a tornozeleira de Rosana havia completado a carga às 6h30, mas que a monitorada havia deixado o aparelho na tomada até as 8h30. A partir do sistema também observa que naquele momento que Rosana estava sentada nas cadeiras, o aparelho estava recebendo carga de bateria, o que indicava, na sua visão, que o problema era no carregador que ela tinha e não na tornozeleira.

Rodrigo explicava que um dos indícios de problema no carregador é mostrado pelo próprio sistema do SAC 24. Quando o cabo da tornozeleira está com mau contato, a sigla do sistema que corresponde a indicações sobre carregamento da bateria alterna entre 'ligado' e 'desligado'. Isto significa que o cabo do carregador não consegue permanecer fixo à tornozeleira. O problema também pode ser na tornozeleira, quando a agulha que está dentro do aparelho não se acopla de forma fixa ao plugue do carregador. De acordo com o agente, era comum acontecer problemas com esse plugue do carregador, porque as pessoas não obedeciam às indicações e dormiam com o aparelho, podendo deitar por cima do cabo ou quando a pessoa carregava o aparelho de pé esquecia que estava carregando o aparelho e saía correndo, o que desconectava o aparelho do plugue com esse impacto.

Olhar o interior da tornozeleira para verificar a situação da agulha no seu interior também faz parte da manutenção. Quando Rosana retornou para a sala onde estávamos, o agente Rodrigo pediu que ela colocasse o seu tornozelo no vão de um balcão que separava a sala de onde estávamos do local externo. Não é necessário desmontar o dispositivo para esta análise, o agente conseguiu ter acesso à agulha com uma lanterna, não constatando nada de anormal, Rodrigo comunicou para a mulher que ela iria receber um novo carregador, indicando que a recarga deveria ocorrer em um momento de tranquilidade no dia, sentada, assistindo a uma novela.

O caso de Rosana é emblemático para pensar a forma como "infraestruturas necessitam de constante trabalho para funcionar" (Gupta 2018:76, tradução nossa). Trata-se de um trabalho de reparo que é visto como algo cotidiano, em que "a substituição e o reparo de peças quebradas ou disfuncionais, geralmente são encobertos como "manutenção de rotina" (Anand, Appel & Gupta 2018:18, tradução nossa). Trocar o carregador de uma tornozeleira ou substituir peças como cintas, lacres ou até mesmo o próprio aparelho são atividades rotineiras com o propósito de fazer a infraestrutura funcionar.

Trazer elementos que demonstrem como ocorre esse trabalho de manutenção é avançar na ideia de que esses materiais sólidos nunca quebram, se danificam ou que são vistos como projetos completos ou totalmente arruinados, se atentando também para o próprio período de vida útil dos materiais que formam a infraestrutura, como neste caso, o carregador da tornozeleira. Além disso, *objetos fluidos* como a tornozeleira eletrônica, tem como uma das características a facilidade em promover esses reparos e fazer a troca de peças, para, assim, continuarem funcionando.

Mais do que pensar nas rotinas de manutenção, me interessa refletir sobre a responsabilização dessas quebras. Antes de Rosana sair do Posto Avançado, o agente Rodrigo perguntou se ela sabia o que era um regime domiciliar. Ela respondeu não saber. O agente explicava se tratar de um regime onde não pode sair de casa sem autorização judicial, ao que ela respondeu não sair de sua residência. Após essa resposta, o agente Claudio, que estava na sala naquele momento e

acompanhava o caso de maneira mais distante, olha para a tela do computador e contradiz a fala da mulher, comunicando que o sistema indicava outra situação.

Rosana começou a sorrir e contou que precisou sair algumas vezes, para ir ao banco e ao fórum, e perguntou ao agente o que ela deveria fazer se tivesse uma emergência médica. Calmamente ele respondeu que nesses casos ela poderia conseguir uma permissão, a questionando se ela estava indo ao médico no período noturno. Rosana responde de forma negativa. Claudio se incomoda com a resposta e diz que ela pode se retirar, pois o atendimento já havia terminado.

Quando Rosana sai da sala, os dois agentes começam a me trazer mais elementos da sua história, dizendo que não era a primeira vez que ela se dirigia até o Posto para avisar sobre problemas na tornozeleira. A fala dos profissionais discorria sobre algumas características pessoais da mulher, como o uso de drogas e o exercício da maternidade de quatro crianças, além de memórias sobre violações anteriores, como as recorrentes saídas da residência onde morava para visitar os filhos sem ter essa permissão. Ao indagar o que o agente achava que deveria ser feito nessa situação, recebi como resposta que Rosana deveria voltar para o regime fechado, pois na sua concepção, a prisão a colocaria em ordem, visto as suas demonstrações de falta de entendimento do correto uso de uma tornozeleira eletrônica.

Além da dimensão da possibilidade de o aparelho quebrar, pois baterias podem não mais ter a potência de antes – como ocorre nos nossos aparelhos celulares – existe também uma ideia de que são os usuários que não sabem cuidar ou utilizar de forma correta os objetos, tirando a responsabilidade do não funcionamento de uma infraestrutura feita para funcionar e colocando nas mãos (ou tornozelos) dos usuários. Esse movimento de circulação de responsabilidades também está permeado por noções morais de quais pessoas estão aptas a utilizarem de forma adequada uma tornozeleira, o que acaba por criar diferenciações entre os próprios usuários, entre pessoas que sabem utilizar os recursos disponíveis ou que merecem o acesso.

### Conclusões

A partir de observações realizadas em distintos espaços – o setor Administrativo e o Posto Avançado – meu objetivo foi lançar pistas para conectar dois campos de estudo: o da vigilância e o da infraestrutura. Seguir as tornozeleiras eletrônicas e as suas conexões como materiais que permitem o seu funcionamento – tanto os elementos visíveis (como a própria tornozeleira, carregadores, chips de telefonia, posto avançado, centrais de monitoração) quanto os invisíveis (como sistemas de GPS, GPRS e seus fluxos de dados pelo espaço) – e formam a infraestrutura do monitoramento eletrônico nos possibilita compreender formas contemporâneas de vigilância e práticas de governo.

Minha proposta foi refletir sobre o caráter inacabado de uma infraestrutura que serve para fins de vigilância. No setor 'Administrativo', uma das principais funções dos agentes que atuam com os casos de falta de comunicação do aparelho é uma atividade que se dá por uma ideia de suspensão, em que tempos múltiplos organizam o trabalho, coexistem e aguardam decisões. O que também não quer dizer que existam situações em que o trabalho ocorra de forma imediata.

Seguir a infraestrutura do monitoramento eletrônico é também pensarmos sobre formas de governar e classificar pessoas e quais os efeitos disso em suas vidas cotidianas. Os apenados são responsáveis por observar os sinais que o aparelho emite para verificarem se tudo está conforme o planejado: nos casos de problema com as redes de telefonia e ausência de sinal é a pessoa que está com ela em seu tornozelo que deve buscar alternativas para contornar um problema. Esses ajustes não fazem com que a tornozeleira eletrônica perca a sua função, visto que objetos fluídos se adaptam localmente. Um dos efeitos desses ajustes é a distribuição da vigilância: ela não ocorre apenas pelo olhar do agente em cooperação com a máquina, é também distribuída para quem tem o objeto em seus tornozelos.

A pessoa monitorada não apenas exerce uma vigilância de si, mas também dos problemas infraestruturais que a rodeiam, como falta de comunicação e problemas com carregadores, ao mesmo tempo em

que também é responsabilizada pela falha – como carregar dormindo ou quando acessa diversas vezes o Posto Avançado atrás de manutenção. Cumprir a pena utilizando uma tornozeleira eletrônica não é apenas seguir indicações do judiciário, mas também de carregadores de celular, de sinais que emitem luzes e de uma série de outros elementos que podem não funcionar e precisarem ser adaptados. Tudo isso para que não caia em outra infraestrutura: a das penitenciárias.

#### Notas:

- <sup>1</sup> Importante mencionar que existe uma lei federal regulando o uso deste tipo de vigilância eletrônica, a saber a Lei Federal nº 12.258/2010, prevendo que um juiz poderá lançar mão da monitoração eletrônica para: autorizar a saída temporária no regime semiaberto e; determinar a prisão domiciliar. Na prática, magistrados têm utilizado a tornozeleira eletrônica amparados em outros conjuntos de leis para a ampliação do seu escopo de atuação, como, por exemplo, uma forma de cumprimento de pena no regime semiaberto.
- <sup>2</sup> "O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser-visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto" (Foucault 2009:225).
- <sup>3</sup> Em abril de 2018, quando realizei a pesquisa na Central de Monitoração do Paraná (CME) havia em torno de cinco mil pessoas utilizando tornozeleiras no estado.
- <sup>4</sup> As tornozeleiras eletrônicas não são compradas pelo estado, mas sim alugadas. O pagamento de cada aparelho ocorre por mês de uso.
- <sup>5</sup> Utilizando como exemplo as construções materiais espalhadas pela cidade de Bangalore, na Índia, Gupta nos chama a atenção para como o olhar de um observador de fora deste local poderia intuir tratar-se de projetos que já existiram e que estariam em ruínas e/ou abandonados, desconsiderando, por exemplo, que tais estruturas naquele contexto estão mais relacionadas com a ideia de progresso e de promessa de um futuro: "essas ruínas não são do passado, mas do futuro" (Gupta 2018:69, tradução nossa).

#### Referências:

ANAND, N. 2012. "Municipal disconnect: On abject water and its urban infrastructures". *Ethnography*, 13(4):487-509.

- APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. 2018. "Introduction: Temporality, politics, and the promise of infrastructure". In APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. (eds): *The promise of infrastructure*, pp. 1-38. Duke: Duke University Press.
- BRUNO, F. 2013. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina.
- CARDOSO, B. 2010. Todos os Olhos: Videovigilâncias, videovoyeurismos e (re) produção imagética na tecnologia digital. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DE LAET, M. & MOL, A. 2000. "The Zimbabwe bush pump: Mechanics of a fluid technology". Social studies of science, 30(2):225-263.
- FOUCAULT, M. 2009. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes.
- GUPTA, A. 2018. "The future in ruins: Thoughts on the temporality of Infrastructure". In APPEL, H., ANAND, N. & GUPTA, A. (eds): *The promise of infrastructure*, pp. 62-77. Duke: Duke University Press.
- HAGGERTY, K. & ERICSON, R. 2000. "The surveillant assemblage". *The British journal of sociology*, 51(4):605-622.
- LARKIN, B. 2013. "The politics and poetics of infrastructure". *Annual review of anthropology*, 42:327-343.
- LATOUR, B. (2012). Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Bauru: Edusc.
- LYON, D. (2016). "As apostas de Snowden: desafios para entendimento de vigilância hoje". Ciência e Cultura, 68(1):25-34.
- MARX, G. T. 2015. "Surveillance studies". International encyclopedia of the social & behavioral sciences, 23(2):733-741.
- NELLIS, M., BEYENS, K. & KAMINSKI, D. 2013. Electronically monitored punishment: International and critical perspectives. London: Routledge.
- SCHNITZLER, A. 2013. "Traveling technologies: infrastructure, ethical regimes, and the materiality of politics in South Africa". *Cultural Anthropology*, 28(4):670-693.
- \_\_\_\_\_.2016. Democracy's infrastructure: techno-politics and protest after apartheid.
  Princeton: Princeton University Press.
- SCHWENKEL, C. 2015. "Spectacular infrastructure and its breakdown in socialist Vietnam". *American Ethnologist*, 42(3):520-534.

**Abstract:** This article presents part of my doctoral research on electronic ankle bracelets. The reflections are guided by infrastructure, objects, and surveillance studies. This study focuses on the use of electronic ankle bracelets as a *fluid object* and part of an electronic monitoring infrastructure, composed of a network of heterogeneous elements – human and non-

human – that act together in order to monitor people arrested. The data comes from observing the work of prison officers in administrative functions in the Electronic Monitoring Center of Paraná and in the space of maintenance of these devices. Throughout the research it was possible to apprehend the way in which multiple temporalities coexist in this work – far from a notion of infrastructure as a finished project – in addition to following this network formed by materials is to think of ways to govern people and their effects on daily lives.

**Keywords:** Electronic ankle bracelets, Anthropology of infrastructure, Surveillance studies, Electronic monitoring.

Recebido em setembro de 2020. Aproado em dezembro de 2020.